

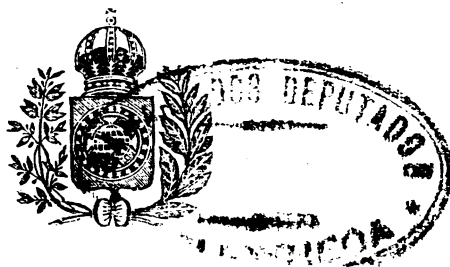
**COLLECCÃO DAS LEIS**  
**DO**  
**IMPERIO DO BRASIL.**

**DE**  
**1857.**

---

**TOMO XVIII. PARTE I.**

---



**RIO DE JANEIRO.**  
**NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.**

---

**1857.**



# INDICE DA COLLECÇÃO DAS LEIS.

DE

1857.

## TOMO XVIII. PARTE I.

PAG.

|  |   |
|--|---|
| N.º 886. — Decreto de 16 de Maio de 1857. — Autorisa o Governo para mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Jacques Alexandre Bourdieu, e outros.....   | 1 |
| N.º 887. — Decreto de 16 de Maio de 1857. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Francisco Vieira da Costa.....  | 2 |
| N.º 888. — Decreto de 16 de Maio de 1857. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato no lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro.  | » |
| N.º 889. — Decreto de 27 de Maio de 1857. — Declara que a ultima parte da disposição do Artigo primeiro da Lei de vinte oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e tres comprehende as viuas e filhos dos Officiaes e mais praças do Corpo Municipal Permanente da Córte, fallecidos antes da data da sua promulgação.....   | 3 |
| N.º 890. — Decreto de 30 de Maio de 1857. — Concede ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia, Estabelecimento dos Expostos da mesma Santa Casa e Hospital dos Lazaros da Cidade de Cuyabá duas Loterias de cento e vinte contos de réis cada huma.....  | » |
| N.º 891. — Decreto de 10 de Junho de 1857. — Estabelece que os Officiaes do Corpo Municipal Permanente da Córte perceberão a mesma etape que tem os Officiaes do Exercito; e que os Cirurgiões do dito Corpo, não tendo outro emprego ou commissão retribuida pelo Estado, perceberão a mesma gratificação addicional que tem os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito..... | 4 |

- N.º 892. — Decreto de 20 de Junho de 1857. — Approva a pensão mensal de 11\$000 réis concedida por Decreto de 16 de Agosto de 1856 a D. Florisbella Maxima da Silva..... 5
- N.º 893. — Decreto de 20 de Junho de 1857. — Autorisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Gustavo Carlos Antonio Lainné, e outros..... »
- N.º 894. — Decreto de 20 de Junho de 1857. — Autorisa o Governo a fazer reverter á Arma de Infantaria o Major graduado do Corpo do Estado-maior de 2.ª Classe Antonio Joaquim de Magalhães Castro... 6
- N.º 895. — Decreto de 4 de Julho de 1857. — Approva o subsidio addicional de 36.000\$000 annuaes concedido pelo Decreto N.º 1.762 de 14 de Maio do anno passado a José Rodrigues Ferreira, para a navegação por barcos a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Santa Catharina, com escala por outros portos..... 7
- N.º 896. — Decreto de 4 de Julho de 1857. — Autorisa o Governo para conceder hum anno de licença ao Tenente-General José Joaquim Coelho, com todos os vencimentos inherentes ao Commando das Armas, que actualmente exerce na Provincia de Pernambuco..... »
- N.º 897. — Decreto de 11 de Julho de 1857. — Autorisa o Governo a innovar o contracto celebrado com o Empresario da Companhia—União e Industria—, á que se refere o Decreto N.º 1.031 de 7 de Agosto de 1852..... 8
- N.º 898. — Decreto de 11 de Julho de 1857. — Approva o Decreto de 25 de Janeiro de 1856, que declara sem vigor a clausula de cessar com a maioridade das filhas legitimas do fallecido Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, José de Paiva Magalhães Calvet, a quota da pensão que ás mesmas foi concedida por Decreto do 1.º de Agosto de 1853..... 9
- N.º 899. — Decreto de 11 de Julho de 1857. — Approva a pensão annual de 600\$000, concedida por Decreto de 21 de Abril de 1854 ao Conselheiro João Maria Jacobina, com a clausula de verificar-se depois de seu fallecimento em suas quatro netas DD. Maria Alexandrina Gualberto Jacobina, Antonia Barbosa Jacobina, Paulina Adelaide Jacobina, e Idalina Henriqueta Jacobina..... »
- N.º 900. — Decreto de 22 de Julho de 1857. — Autorisa o Governo para mandar pagar a Manoel Antonio

- Bastos Ratcliff o que se lhe estiver devendo do ordenado de Carcereiro da Cadea da Villa do Pilar da Provincia da Parahyba..... 10
- N.º 901. — Decreto de 5 de Agosto de 1857. — Concede á Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição na capital da Provincia do Ceará huma loteria, segundo o plano das da Côte, onde será extra-hida..... 11
- N.º 902. — Decreto de 5 de Agosto de 1857. — Concede duas loterias em beneficio das obras da Matriz da freguezia da Lagoa de Rodrigo de Freitas e da Capella de Nossa Senhora da Conceição da mesma freguezia..... »
- N.º 903. — Lei de 5 de Agosto de 1857. — Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1858 — 1859. 12
- N.º 904. — Lei de 8 de Agosto de 1857. — Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1858 — 1859. 13
- N.º 905. — Decreto de 8 de Agosto de 1857. — Approva o Decreto de vinte sete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, declarando que na aposentadoria concedida ao Desembargador da extincta Casa da supplicação, Pedro Madeira de Abreo Brandão, se deve comprehender o vencimento que tinha como Juiz Conservador dos privilegiados do Commercio, a contar da data da mesma aposentadoria..... 15
- N.º 906. — Lei de 10 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda..... 16
- N.º 907. — Decreto de 10 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para trocar as notas do extincto Banco do Brasil no valor de 364\$000, e as cédulas do Thesouro na importancia de réis 762\$000, percententes ao Conego Fidelis José de Moraes.... 17
- N.º 908. — Decreto de 12 de Agosto de 1857. — Concede loterias á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Gloria desta Côte; a algumas outras Matrizes, e á Associação Typographica Fluminense..... 18
- N.º 909. — Decreto de 12 de Agosto de 1857. — Approva a pensão de hum conto de réis, concedida por Decreto de 20 de Junho do corrente anno a D. Anna Eufrasia de Sá Werneck..... 19
- N.º 910. — Decreto de 19 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a conceder hum anno de licença com todos os seus vencimentos ao Dr. Elias José Pedrosa, Lente da Faculdade de Medicina da Bahia,

- e ao Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade, Guarda-mór da Alfandega de Pernambuco, para tratarem de sua saúde na Europa..... 19
- N.º 911. — Decreto de 19 de Agosto de 1857. — Concede por espaço de tres annos, contados do mez de Maio ultimo, á Empresa Lyrica desta Côrte o beneficio liquido de doze loterias por anno para sustentação das suas representações; e bem assim quatro loterias annuaes á Empresa Lyrica Nacional, que correrão de tres em tres mezes..... 20
- N.º 912. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para proporcionar á Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II os meios de levantar por hum empréstimo, contrahido dentro ou fóra do Imperio, hum terço do capital fixado para sua empresa..... 21
- N.º 913. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a mandar matricular José Francisco Vianna no 4.º anno da Faculdade de Direito da Cidade do Recife, se mostrar que as faltas que tiver dado, sendo-lhe abonadas, lhe não fazião perder o anno..... 22
- N.º 914. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Approva o Contracto celebrado em 17 de Abril de 1855 com o Dr. Hermann Blumenau para fundação de huma Colonia no Itajahy..... »
- N.º 915. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Concede á Irmandade de São Pedro da Cidade de Marianna, Provincia de Minas Geraes, duas loterias, e igual numero á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Sabará da referida Provincia. 23
- N.º 916. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Concede cinco loterias á Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas Liberaes e Beneficente desta Côrte..... 24
- N.º 917. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Concede tres loterias para as obras das Matrizes de Villa Nova, Pacatuba e Porto da Folha da Provincia de Sergipe..... 25
- N.º 918. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Concede quadro loterias para a conclusão das obras das Matrizes do Bonito, Altinho e Caruarú da Provincia de Pernambuco..... »
- N.º 919. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Concede á Santa Casa da Misericordia da Cidade da Victoria, capital da Provincia do Espirito Santo, huma loteria, que será extrahida na Côrte..... 26
- N.º 920. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa

- o Governo para conceder Carta de Naturalisação a Carlos Eduardo Muhler. .... »
- N.º 921. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a Henrique Corrêa Moreira. .... 27
- N.º 922. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a Bernardo Urbano Bedegorry. .... »
- N.º 923. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao Dr. Hermann Melcher. .... 28
- N.º 924. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação a José Benito Nunes. .... »
- N.º 925. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a José de Almeida Campos, e Frederico Gulate Horta. .... 29
- N.º 926. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a João Pedro Moreira, residente na Provincia do Pará. .... »
- N.º 927. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para mandar passar Carta de Naturalisação a Francisco Antonio de Campos Mantua. .... 30
- N.º 928. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a varios individuos. .... »
- N.º 929. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para mandar passar Carta de Naturalisação a Vicente José Ramos. .... 31
- N.º 930. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação a varios individuos. .... »
- N.º 931. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a João Gonçalves Pereira Lima. .... 32
- N.º 932. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a Jorge Patchett, residente na Provincia de Pernambuco. .... »
- N.º 933. — Decreto de 26 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo para emprestar á Companhia — Ponta d'Arêa — a quantia de trescentos contos de réis. . 33
- N.º 934. — Decreto de 29 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a innovar o Contracto celebrado com a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas. . »

|   |    |
|---|----|
| N.º 935. — Decreto de 29 de Agosto de 1857. — Autorisa o Governo a pagar ao Tenente reformado do Exército Joaquim José de Sousa, a quantia de 1.375\$ de soldos por elle vencidos. ....   | 34 |
| N.º 936. — Decreto de 5 de Setembro de 1857. — Autorisa o Governo para estabelecer a navegação por vapor desta Córte á Cidade da Victoria, na Provincia do Espirito Santo, e a estende-la ao porto de Caravellas, na da Bahia. ....       | »  |
| N.º 937. — Decreto de 9 de Setembro de 1857. — Determina que a Villa de São Bento seja a cabeça do segundo Districto eleitoral da Provincia do Maranhão. ....   | 35 |
| N.º 938. — Decreto de 23 de Setembro de 1857. — Autorisa o Governo a conceder hum anno de licença com todos os vencimentos ao Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, a João Xavier Carneiro da Cunha e a Manoel José de Albuquerque. .... | 36 |
| N.º 939. — Lei de 26 de Setembro de 1857. — Fixando a Despeza e orçando a Recceita para o exercicio de 1858—1859. ....  | 37 |



# COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1857.

---

DECRETO N.º 886 — de 16 de Maio de 1857.

*Autorisa o Governo para mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Jaques Alexandre Bourdieu, e outros.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Francezes Jaques Alexandre Bourdieu, morador nesta Côrte, e Salomão Saraga, natural de Argel, residente na Cidade Theresina da Provincia de Piauhy; aos subditos Portuguezes Antonio Joaquim Vieira de Carvalho, David Aquinini, Antonio Rodrigues de Sá Vianna, Joaquim Augusto de Almeida, praça de pret do primeiro Regimento de Cavallaria ligera, Domingos Francisco da Silva, Capitão de navio, Padre Manoel da Silva Sousa, residente nesta Côrte, e João Teixeira Lopes Guimarães, residente na Cidade de Itabira da Provincia de Minas Geraes; ao subdito Hespanhol Vicente Martins, residente na Villa de Catalão, Provincia de Goyaz; e ao subdito Prussiano Carlos Guilherme Having, residente nesta Côrte, dispensadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezescis de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 837 — de 16 de Maio de 1837.

*Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Francisco Vieira da Costa.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de treze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e cinco ao Juiz de Direito Francisco Vieira da Costa, com o ordenado annual de oitocentos e trinta e dous mil réis; revogadas para este effeito quaesquer disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*



DECRETO N.º 838 — de 16 de Maio de 1837.

*Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato no lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de vinte quatro de Outubro de mil oitocentos cincoenta e cinco ao Juiz de Direito Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato no lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, com o ordenado annual de hum conto e duzentos mil réis; revogadas para este effeito quaesquer disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

DECRETO N.º 889 — de 27 de Maio de 1857.

*Declara que a ultima parte da disposição do Artigo primeiro da Lei de vinte oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e tres comprehende as viúvas e filhos dos Officiaes e mais praças do Corpo Municipal Permanente da Côrte, fallecidos antes da data da sua promulgação.*

Hei por bem Sanccionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. A ultima parte da disposição do Artigo primeiro da Lei de vinte oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e tres comprehende as viúvas e filhos dos Officiaes e mais praças do Corpo Municipal Permanente da Côrte, fallecidos antes da data da sua promulgação, achando-se nas circumstancias por ella declaradas; derogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

DECRETO N.º 890 — de 30 de Maio de 1857.

*Concede ao Hospital da Santa Casa da Misericordia, Estabelecimento do Expostos da mesma Santa Casa e Hospital dos Lazaros da Cidade de Cuiabá duas loterias de cento e vinte contos de réis cada huma.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. Ficão concedidas ao Hospital da Santa Casa da Misericordia, Estabelecimento dos Expostos da mesma Santa Casa, e Hospital dos Lazaros da Cidade de Cuiabá duas loterias de cento e vinte contos de réis cada huma, as quaes serão extrahidas na Côrte, conforme o plano em vigor. O seu producto será igualmente repartido pelos mencionados Estabelecimentos, e entregue á respectiva Administração, que dará a cada

quota o emprego que o Presidente da Provincia determinar; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 891 — de 10 de Junho de 1857.

*Estabeleca que os Officiaes do Corpo Municipal Permanente da Côte perceberão a mesma etape que tem os Officiaes do Exercito; e que os Cirurgiões do dito Corpo, não tendo outro emprego ou commissão retribuida pelo Estado, perceberão a mesma gratificação adicional que tem os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Officiaes do Corpo Municipal Permanente da Côte perceberão a mesma etape que tem os Officiaes do Exercito.

Art. 2.º Os Cirurgiões do referido Corpo, não tendo outro emprego ou Commissão retribuida pelo Estado, perceberão a mesma gratificação adicional que tem os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

quota o emprego que o Presidente da Provincia determinar; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Maio de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 891 — de 10 de Junho de 1857.

*Estabeleca que os Officiaes do Corpo Municipal Permanente da Côte perceberão a mesma etape que tem os Officiaes do Exercito; e que os Cirurgiões do dito Corpo, não tendo outro emprego ou commissão retribuida pelo Estado, perceberão a mesma gratificação adicional que tem os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Officiaes do Corpo Municipal Permanente da Côte perceberão a mesma etape que tem os Officiaes do Exercito.

Art. 2.º Os Cirurgiões do referido Corpo, não tendo outro emprego ou Commissão retribuida pelo Estado, perceberão a mesma gratificação adicional que tem os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

DECRETO N.º 892 — de 20 de Junho de 1857.

*Approva a pensão mensal de 11\$000 réis concedida por Decreto de 16 de Agosto de 1856 a D. Florisbella Maxima da Silva.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão mensal de onze mil réis, concedida por Decreto de dezeseis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e seis, a D. Florisbella Maxima da Silva, em remuneração dos serviços prestados por seu marido, o Major reformado Antonio Maximo da Trindade, sem prejuizo do meio soldo que já percebe.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta pensão desde a data do Decreto que lh'a conferio, ficando revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO n.º 893 de 20 de Junho de 1857.

*Autorisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Gustavo Carlos Antonio Lainné e outros.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a mandar passar Carta de Naturalisação a Gustavo Carlos Antonio Lainné, subdito Francez, a João Gonçalves, subdito Portuguez, e a Joaquim Manoel Rodrigues de Almeida, Portuguez, residente e casado em Villa Nova da Rainha, Provincia da Bahia.

Art. 2.º Revogão-se para esse effeito as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 894 — de 20 de Junho de 1837.

*Autorisa o Governo a fazer reverter á Arma de Infantaria  
o Major graduado do Corpo do Estado-maior de 2.ª  
Classe Antonio Joaquim de Magalhães Castro.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. He o Governo autorizado a fazer reverter á Arma de Infantaria o Major graduado do Corpo do Estado-maior de segunda Classe Antonio Joaquim de Magalhães Castro ; derogadas para este effeito as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*

Art. 2.º Revogão-se para esse effeito as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 894 — de 20 de Junho de 1837.

*Autorisa o Governo a fazer reverter á Arma de Infantaria  
o Major graduado do Corpo do Estado-maior de 2.ª  
Classe Antonio Joaquim de Magalhães Castro.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. He o Governo autorizado a fazer reverter á Arma de Infantaria o Major graduado do Corpo do Estado-maior de segunda Classe Antonio Joaquim de Magalhães Castro ; derogadas para este effeito as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*



## DECRETO N.º 895 — de 4 de Julho de 1857.

*Approva o subsidio adicional de 36 contos de réis annuaes concedido pelo Decreto N.º 1.762 de 14 de Maio do anno passado a José Rodrigues Ferreira, para a navegação por barcos a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Santa Catharina, com escala por outros portos.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvedo o subsidio adicional de trinta e seis contos de réis annuaes concedidos por Decreto N.º 1.762 de 14 de Maio de 1856 a José Rodrigues Ferreira, para a navegação por meio de barcos a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Santa Catharina, com escala pelos portos intermediarios de Ubatuba, São Sebastião, Santos, Iguape, Paranaguá, e São Francisco.

§ 1.º As barcas a vapor empregadas neste serviço terão pelo menos a velocidade de sete milhas, termo medio.

§ 2.º O serviço do Banco Nacional com os seus Estabelecimentos filiaes será feito gratuitamente, e pelo mesmo modo que se fizer o do Thesouro Publico.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

## DECRETO N.º 896 — de 4 de Julho de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder hum anno de licença ao Tenente-General José Joaquim Coelho, com todos os vencimentos inherentes ao Commando das Armas, que actualmente exerce na Provincia de Pernambuco.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He autorisado o Governo para conceder hum anno de licença ao Tenente-General José Joaquim Coelho com todos os vencimentos inherentes ao Commando das Armas, que actualmente exerce na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º Ficão derogadas para isso as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*

DECRETO N.º 897 — de 11 de Julho de 1857.

*Autorisa o Governo a innovar o contracto celebrado com o Empresario da Companhia União e Industria, á que se refere o Decreto N.º 1031 de 7 de Agosto de 1852.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembláa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorisado a innovar o contracto celebrado com o Empresario da Companhia União e Industria a que se refere o Decreto numero mil e trinta hum de sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, afim de supprimir-se o privilegio exclusivo, que lhe foi concedido para transportes de mercadorias durante cincoenta annos; e a estabelecer outras condições favoraveis ao Commercio, agricultura e industria, podendo conceder aos capitaes effectivamente despendidos nas estradas contractadas a garantia do juro de dous por cento annualmente, não excedendo os referidos capitaes a trez mil contos, e a garantia ao prazo de vinte annos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

Art. 1.º He autorizado o Governo para conceder hum anno de licença ao Tenente-General José Joaquim Coelho com todos os vencimentos inherentes ao Commando das Armas, que actualmente exerce na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º Ficão derogadas para isso as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*

DECRETO N.º 897 — de 11 de Julho de 1857.

*Autorisa o Governo a innovar o contracto celebrado com o Empresario da Companhia União e Industria, á que se refere o Decreto N.º 1031 de 7 de Agosto de 1852.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembláa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a innovar o contracto celebrado com o Empresario da Companhia União e Industria a que se refere o Decreto numero mil e trinta hum de sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, afim de supprimir-se o privilegio exclusivo, que lhe foi concedido para transportes de mercadorias durante cincoenta annos; e a estabelecer outras condições favoraveis ao Commercio, agricultura e industria, podendo conceder aos capitaes effectivamente despendidos nas estradas contractadas a garantia do juro de dous por cento annualmente, não excedendo os referidos capitaes a trez mil contos, e a garantia ao prazo de vinte annos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 898 — de 11 de Julho de 1857.

*Approva o Decreto de 25 de Janeiro de 1856, que declara sem vigor a clausula de cessar com a maioria das filhas legitimas do fallecido Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, José de Paiva Magalhães Calvet, a quota da pensão que ás mesmas foi concedida por Decreto do 1.º de Agosto de 1853.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. Fica approvedo o Decreto de vinte cinco de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e seis, pelo qual he declarada sem vigor relativamente ás filhas legitimas do finado Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, José de Paiva Magalhães Calvet, em quanto se conservarem solteiras, a clausula em virtude da qual deve cessar com a maioria a parte respectiva da pensão annual de oitocentos mil réis concedida aos Orphãos, filhos legitimos do referido Official Maior, conforme se acha expresso no Decreto do primeiro de Agosto de mil oitocentos cincoenta e tres; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 899 — de 11 de Julho de 1857.

*Approva a pensão annual de Réis 600 000, concedida por Decreto de 21 de Abril de 1854 ao Conselheiro João Maria Jacobina, com a clausula de verificar-se depois de seu fallecimento em suas quatro netas D. Maria Alexandrina Gualberta Jacobina, Antonia Barbosa Jacobina, Paulina Adelaide Jacobina e Idalina Henriqueta Jacobina.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. Fica approvada a pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de vinte hum de Abril de mil oitocentos cincoenta e quatro ao Conselheiro João Maria Jacobina, em plena remuneração de seus serviços, com a clausula de verificar-se depois de seu fallecimento em suas quatro netas DD. Maria Alexandrina Gualberta Jacobina, Antonia Barbosa Jacobina, Paulina Adelaide Jacobina e Idalina Henriqueta Jacobina, repartidamente; revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros; Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquaz de Olinda.*

DECRETO N.º 900. — de 22 de Julho de 1857.

*Autorisa o Governo para mandar pagar a Manoel Antonio Bastos Ratcliff o que se lhe estiver devendo do ordenado de Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar da Provincia da Parahyba.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar pagar a Manoel Antonio Bastos Ratcliff o que se lhe estiver devendo do ordenado de Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar na Provincia da Parahyba do Norte, correspondente ao tempo de exercicio que tiver, revogadas as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

Art. Unico. Fica approvada a pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de vinte hum de Abril de mil oitocentos cincoenta e quatro ao Conselheiro João Maria Jacobina, em plena remuneração de seus serviços, com a clausula de verificar-se depois de seu fallecimento em suas quatro netas DD. Maria Alexandrina Gualberta Jacobina, Antonia Barbosa Jacobina, Paulina Adelaide Jacobina e Idalina Henriqueta Jacobina, repartidamente; revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros; Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquaz de Olinda.*

DECRETO N.º 900. — de 22 de Julho de 1857.

*Autorisa o Governo para mandar pagar a Manoel Antonio Bastos Ratcliff o que se lhe estiver devendo do ordenado de Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar da Provincia da Parahyba.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar pagar a Manoel Antonio Bastos Ratcliff o que se lhe estiver devendo do ordenado de Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar na Provincia da Parahyba do Norte, correspondente ao tempo de exercicio que tiver, revogadas as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Julho de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

DECRETO N.º 901 — de 5 de Agosto de 1857.

*Concede á Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição na capital da Provincia do Ceará huma loteria, segundo o plano das da Corte, onde será extrahida.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. Fica concedida á Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição da capital da Provincia do Ceará huma loteria, segundo o plano das da Corte, onde será extrahida; revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Agosto de mil oitocentos e setenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 902 — de 5 de Agosto de 1857.

*Concede duas loterias em beneficio das obras da Matriz da freguezia da Lagoa de Rodrigo de Freitas e da Capella de Nossa Senhora da Conceição da mesma freguezia.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. Ficão concedidas duas loterias em beneficio das obras da Matriz da freguezia do Lagoa de Rodrigo de Freitas, e da Capella de Nossa Senhora da Conceição da mesma freguezia; revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Agosto de mil oitocentos e setenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

LEI N.º 903 — de 5 de Agosto de 1857.

*Fixa as forças de terra para o anno financeiro de  
1858—1859.*

DOM Pedro II, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As Forças de terra para o anno financeiro de 1858—1859 constarão:

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis e de guarnição, da Repartição Ecclesiastica, e dos Corpos de Saude, d'Estado-maior de 1.ª e de 2.ª Classe, de Engenheiros, e d'Estado-maior General.

§ 3.º De 16.000 Praças de pret de Linha em circumstancias ordinarias, e de 26.000 em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º De 1.040 Praças de pret em Companhias de Pedestres.

§ 4.º O Quadro dos Corpos arregimentados he inalteravel em qualquer das circumstancias; a alteração que as Forças fixadas houverem de soffrer em relação a essas circumstancias terá lugar por augmento ou diminuição das Praças de pret das Companhias dos mesmos Corpos.

Art. 2.º As Forças fixadas no Artigo antecedente serão completadas por engajamento voluntario; e na insufficiencia deste meio, pelo recrutamento, nos termos das disposições vigentes.

Os individuos que assentarem praça voluntariamente servirão por 6 annos, e os que forem recrutados por 9 annos.

Os voluntarios, além da gratificação diaria igual ao soldo inteiro, ou ao meio soldo de primeira praça, em quanto forem Praças de pret conforme tiverem ou não servido no Exercito o tempo marcado na Lei, perceberão, como premio de engajamento, huma gratificação que não exceda a 400\$000, e quando concluirem seu tempo de serviço, e forem escusos, terão huma data de terra de 22.500 braças quadradas.

A quantia que exime o recrutado do serviço continúa a ser a de 600\$000.

O contingente necessario para completar as ditas Forças será distribuido em circumstancias ordinarias pelo Municipio da Córte e pelas Provincias.

Art. 3.º O Governo fica autorizado para destacar até 4.000 Praças da Guarda Nacional em circumstancias extraordinarias.

Art. 4.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades a quem o con-



nhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contem. O Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos cinco dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Jeronymo Francisco Coelho.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fazendo as Forças de terra para o anno financeiro de 1858 — 1859.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio, em 10 de Agosto de 1857.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, em 12 de Agosto de 1857.

O Official-maior interino, Bernardo Joaquim de Mattos.

Registrada nesta Secretaria d'Estado em 13 de Agosto de 1857.

José Venancio Cantalice.

---

LEI N.º 904 — de 8 de Agosto de 1857.

*Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1858 — 1859.*

DOM Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor

nhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contem. O Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos cinco dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Jeronymo Francisco Coelho.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fazendo as Forças de terra para o anno financeiro de 1858 — 1859.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio, em 10 de Agosto de 1857.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, em 12 de Agosto de 1857.

O Official-maior interino, Bernardo Joaquim de Mattos.

Registrada nesta Secretaria d'Estado em 13 de Agosto de 1857.

José Venancio Cantalice.

---

LEI N.º 904 — de 8 de Agosto de 1857.

*Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1858 — 1859.*

DOM Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor

**Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:**

**Art. 1.º** A Força Naval para o anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e oito ao ultimo de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, constará:

§ 1.º Dos Officiaes da Armada e das demais classes, que fôr preciso embarcar, conforme as lotações dos Navios, e Estado-maior das Divisões Navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias de tres mil praças de marinhagem, e de pret dos Corpos de Marinha, embarcadas em Navios armados e transportes, e de cinco mil em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, das Companhias de Aprendizizes Marinheiros creadas pelas Leis anteriores, do Batalhão Naval, e da Companhia de Imperiaes Marinheiros da Provincia de Mato Grosso, continuando a authorisação para elevál-os ao seu estado completo.

**Art. 2.º** A Força acima mencionada será preenchida pelos meios autorisados no Artigo quarto da Lei numero seiscentos e treze, de vinte um de Agosto de mil oitocentos cincoenta e um.

**Art. 3.º** O Governo fica desde já autorisado para crear até tres Companhias de Aprendizizes Marinheiros, sendo uma d'ellas estabelecida na Provincia de Mato Grosso, e as outras duas onde se julgar mais conveniente.

**Art. 4.º** Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

**IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.**

*José Antonio Saraiva.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e oito até o ultimo de Junho*

*de mil oitocentos cincoenta e nove, na forma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Maria de Sousa, a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 18 de Agosto de 1857. — No impedimento do Official Maior.

Antonio Alves de Miranda Varejão.

Foi publicada a presente Lei n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 19 de Agosto de 1857.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada a fl. 48 do Lv. 1.º de Cartas de Lei. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 8 de Setembro de 1857.

Joaquim Maria de Sousa.

---

DECRETO N.º 903 — de 8 de Agosto de 1857.

*Approva o Decreto de vinte sete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, declarando que na aposentadoria concedida ao Desembargador da extincta Casa da supplicação, Pedro Madeira de Abreo Brandão, se deve comprehender o vencimento que tinha como Juiz Conservador dos privilegiações do Commercio, a contar da data da mesma aposentadoria.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto de vinte sete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, declarando que na aposentadoria concedida ao Desembargador da extincta Casa da Supplicação, Pedro Madeira de Abreo Brandão, se deve comprehender o vencimento que tinha como Juiz Conservador dos privilegiações do Commercio, a contar da data da mesma aposentadoria.

*de mil oitocentos cincoenta e nove, na forma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Maria de Sousa, a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 18 de Agosto de 1857. — No impedimento do Official Maior.

Antonio Alves de Miranda Varejão.

Foi publicada a presente Lei n'esta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 19 de Agosto de 1857.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada a fl. 48 do Lv. 1.º de Cartas de Lei. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 8 de Setembro de 1857.

Joaquim Maria de Sousa.

---

DECRETO N.º 903 — de 8 de Agosto de 1857.

*Approva o Decreto de vinte sete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, declarando que na aposentadoria concedida ao Desembargador da extincta Casa da supplicação, Pedro Madeira de Abreo Brandão, se deve comprehender o vencimento que tinha como Juiz Conservador dos privilegiações do Commercio, a contar da data da mesma aposentadoria.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto de vinte sete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, declarando que na aposentadoria concedida ao Desembargador da extincta Casa da Supplicação, Pedro Madeira de Abreo Brandão, se deve comprehender o vencimento que tinha como Juiz Conservador dos privilegiações do Commercio, a contar da data da mesma aposentadoria.

**Art. 2.º** Revogão-se as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

---

**LEI N.º 906 — de 10 de Agosto de 1857.**

*Autorisa o Governo a depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda.*

DOM Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

**Art. Unico.** Fica o Governo autorizado para depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda das Provincias, contractando a abertura de contas correntes com juros.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fãção cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

**IMPERADOR** Com Rubrica e Guarda.

*Bernardo de Sousa Franco.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, autorisando o Governo para*

**Art. 2.º** Revogão-se as disposições em contrario.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.*

---

**LEI N.º 906 — de 10 de Agosto de 1857.**

*Autorisa o Governo a depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda.*

DOM Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

**Art. Unico.** Fica o Governo autorizado para depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda das Provincias, contractando a abertura de contas correntes com juros.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fãção cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

**IMPERADOR** Com Rubrica e Guarda.

*Bernardo de Sousa Franco.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, autorisando o Governo para*

*depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, na forma ácima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em vinte de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete. — No impedimento do Official-maior.

Antonio Alves de Miranda Varejão.

Registrada.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Agosto de 1857.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 46 do Liv. de registro de Cartas de Lei, em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete.

Luiz Plinio d'Oliveira.

---

DECRETO N.º 907 — de 10 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para trocar as notas do extincto Banco do Brasil no valor de 364,000, e as cédulas do Thesouro na importancia de réis 762,000, pertencentes ao Conego Fidelis José de Moraes.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. O Governo fica autorizado para trocar as notas do extincto Banco do Brasil no valor de tresentos e sessenta e quatro mil réis, e as cédulas do Thesouro na importancia de setecentos e sessenta e dous mil réis, pertencentes ao Conego Fidelis José de Moraes, Arcediago da Sé de S. Paulo.

Bernardo de Sousa Franco, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fa-



*depositar no Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes as sommas disponiveis que tiver no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, na forma ácima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em vinte de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete. — No impedimento do Offi-  
cial-maior.

Antonio Alves de Miranda Varejão.

Registrada.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda em 22 de Agosto de 1857.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 46 do Liv. de registro de Cartas de Lei, em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete.

Luiz Plinio d'Oliveira.

---

DECRETO N.º 907 — de 10 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para trocar as notas do extincto Banco do Brasil no valor de 364,000, e as cédulas do Thesouro na importancia de réis 762,000, pertencentes ao Con-  
nego Fidelis José de Moraes.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Res-  
olução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. O Governo fica autorizado para trocar as notas do extincto Banco do Brasil no valor de tresentos e sessenta e quatro mil réis, e as cédulas do Thesouro na importancia de setecentos e sessenta e dous mil réis, pertencentes ao Conego Fidelis José de Moraes, Arcediago da Sé de S. Paulo.

Bernardo de Sousa Franco, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fa-

zenda o Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dez de Agosto de mil oitocentos e sessenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Bernardo de Sousa Franco.*

DECRETO N.º 908 — de 12 de Agosto de 1837.

*Concede loterias á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Gloria desta Corte; a algumas outras Matrices, e á Associação Typographica Fluminense.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º São concedidas:

§ 1.º Oito loterias, segundo o plano das anteriormente concedidas, á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Gloria da Corte, para com seu producto continuar as obras da Matriz que se está construindo no largo do Machado.

§ 2.º Quatro loterias para a continuação das obras da Matriz de Nossa Senhora da Candelaria da Corte.

§ 3.º Quatro loterias para as obras da nova Matriz de Sant'Anna desta Corte.

§ 4.º Duas loterias para as obras das Matrices de Nossa Senhora da Conceição, São José e São Benedicto da Cidade de Caxias, no Maranhão.

§ 5.º Duas loterias para as obras da Matriz da Boa Vista na Cidade do Recife, em Pernambuco.

§ 6.º Duas loterias para as obras da Matriz de S. José na Cidade do Recife, em Pernambuco.

§ 7.º Tres loterias em beneficio da Associação Typographica Fluminense, devendo o Governo fiscalisar a applicação do producto liquido das mesmas aos fins indicados nos actuaes Estatutos desta Associação.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em doze de Agosto de mil oitocentos e sessenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador:

*Marquez de Olinda,*

zenda o Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dez de Agosto de mil oitocentos e sessenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Bernardo de Sousa Franco.*

DECRETO N.º 908 — de 12 de Agosto de 1837.

*Concede loterias á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Gloria desta Corte; a algumas outras Matrices, e á Associação Typographica Fluminense.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º São concedidas:

§ 1.º Oito loterias, segundo o plano das anteriormente concedidas, á Irmandade do Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Gloria da Corte, para com seu producto continuar as obras da Matriz que se está construindo no largo do Machado.

§ 2.º Quatro loterias para a continuação das obras da Matriz de Nossa Senhora da Candelaria da Corte.

§ 3.º Quatro loterias para as obras da nova Matriz de Sant'Anna desta Corte.

§ 4.º Duas loterias para as obras das Matrices de Nossa Senhora da Conceição, São José e São Benedicto da Cidade de Caxias, no Maranhão.

§ 5.º Duas loterias para as obras da Matriz da Boa Vista na Cidade do Recife, em Pernambuco.

§ 6.º Duas loterias para as obras da Matriz de S. José na Cidade do Recife, em Pernambuco.

§ 7.º Tres loterias em beneficio da Associação Typographica Fluminense, devendo o Governo fiscalisar a applicação do producto liquido das mesmas aos fins indicados nos actuaes Estatutos desta Associação.

Art. 2.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em doze de Agosto de mil oitocentos e sessenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador:

*Marquez de Olinda,*

DECRETO N.º 909 — de 12 de Agosto de 1857.

*Approva a pensão de hum conto de réis, concedida por Decreto de 20 de Junho do corrente anno a D. Anna Eufrasia de Sá Werneck.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de hum conto de réis, concedida por Decreto de vinte de Junho do corrente anno, a D. Anna Eufrasia de Sá Werneck, viuva do Conselheiro José Werneck Ribeiro de Aguiar, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em remuneração dos bons serviços por este prestados na carreira da Magistratura pelo espaço de quarenta e nove annos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 910 — de 19 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a conceder hum anno de licença com todos os seus vencimentos ao Dr. Elias José Pedrosa, Lente da Faculdade de Medicina da Bahia, e ao Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade, Guarda-mór da Alfandega de Pernambuco, para tratarem de sua saude na Europa.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Único. Fica o Governo autorizado a conceder hum anno de licença com todos os seus vencimentos ao Dr. Elias José Pedrosa, Lente da Faculdade de Medicina da Bahia, e ao Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade, Guarda-mór da Alfandega de Pernambuco, para tratarem de sua saude na Europa.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 911 — de 19 de Agosto de 1857.

*Concede por espaço de tres annos, contados do mez de Maio ultimo, á Empresa Lyrica desta Côrte o beneficio liquido de doze loterias por anno para sustentação das suas representações; e bem assim quatro loterias annuaes á Empresa Lyrica Nacional, que correrão de tres em tres mezes.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica concedido por espaço de tres annos, contados do mez de Maio do corrente anno de mil oitocentos cincoenta e sete, á Empresa Lyrica desta Côrte o beneficio liquido de doze loterias por anno, para sustentação das representações que constarem do seu contracto com o Governo Imperial. Estas loterias serão extrahidas mensalmente segundo o plano das concedidas a outros Estabelecimentos.

Art. 2.º Tambem ficão concedidas quatro loterias annuaes á Empresa da Opera Lyrica Nacional, as quaes correrão de tres em tres mezes.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 911 — de 19 de Agosto de 1857.

*Concede por espaço de tres annos, contados do mez de Maio ultimo, á Empresa Lyrica desta Côrte o beneficio liquido de doze loterias por anno para sustentação das suas representações; e bem assim quatro loterias annuaes á Empresa Lyrica Nacional, que correrão de tres em tres mezes.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica concedido por espaço de tres annos, contados do mez de Maio do corrente anno de mil oitocentos cincoenta e sete, á Empresa Lyrica desta Côrte o beneficio liquido de doze loterias por anno, para sustentação das representações que constarem do seu contracto com o Governo Imperial. Estas loterias serão extrahidas mensalmente segundo o plano das concedidas a outros Estabelecimentos.

Art. 2.º Tambem ficão concedidas quatro loterias annuaes á Empresa da Opera Lyrica Nacional, as quaes correrão de tres em tres mezes.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independência e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 912 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para proporcionar á Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II os meios de levantar por hum empréstimo, contrahido dentro ou fóra do Império, hum terço do capital fixado para sua empresa.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para proporcionar á Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II os meios de levantar por hum empréstimo, contrahido dentro ou fóra do Imperio, hum terço do capital fixado para sua empresa, e que goza de garantia de juros, debaixo das clausulas seguintes:

§ 1.º O Governo poderá prestar simplesmente a sua garantia aos juros e amortisação do empréstimo que a Companhia contrahir, ou tomar á si todas as operações, negociando o empréstimo, emittindo Apolices, e obrigando-se directamente ao pagamento do juro e amortisação.

§ 2.º Em qualquer dos casos estipulará com a Companhia as condições com que este favor lhe he concedido, com tanto que não augmente os encargos do Thesouro Geral e Provincial.

§ 3.º O juro e amortisação annuaes não poderão exceder á 7 por cento do capital emprestado.

Art. 2.º Fica tambem o Governo autorizado para conceder os favores da presente Lei ás Companhias nacionaes, ou estrangeiras, queprehenderão, ou vierem aprehender a construcção e exploração das Estradas de ferro de Pernambuco, Bahia, e São Paulo, com tanto que estejam em condições semelhantes ás da Estrada de D. Pedro II, isto he, que se tenham constituido e tenham levantado e empregado effectivamente nas obras da Estrada, pelo menos, 20 por cento do capital a que he dada a garantia de juros.

Art. 3.º Fica o Governo igualmente autorizado para subscrever até hum terço das acções das Companhias de Estradas de ferro, á que se tem concedido garantias de juros, mediante claras e justas condições convencionadas com as respectivas Directorias, e ainda que taes Companhias se não achem nas condições exigidas pelo Artigo antecedente.

Neste caso o Governo fará quaesquer operações de credito dentro ou fóra do paiz para realisar as entradas das acções que houver subscripto.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 913 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a mandar matricular José Francisco Vianna no 4.º anno da Faculdade de Direito da Cidade do Recife, se mostrar que as faltas que tiver dado, sendo-lhe abonadas, lhe não fazião perder o anno.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º O Governo he autorizado a mandar matricular no 4.º anno da Faculdade de Direito de Pernambuco o estudante José Francisco Vianna, se mostrar que as faltas, que tiver dado, sendo-lhe abonadas, lhe não fazião perder o anno.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 914 — de 26 de Agosto de 1857.

*Approva o Contracto celebrado em 17 de Abril de 1855 com o Dr. Hermann Blumenau para fundação de hmpu Colonia no Itajahy.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :



Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 913 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a mandar matricular José Francisco Vianna no 4.º anno da Faculdade de Direito da Cidade do Recife, se mostrar que as faltas que tiver dado, sendo-lhe abonadas, lhe não fazião perder o anno.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º O Governo he autorizado a mandar matricular no 4.º anno da Faculdade de Direito de Pernambuco o estudante José Francisco Vianna, se mostrar que as faltas, que tiver dado, sendo-lhe abonadas, lhe não fazião perder o anno.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 914 — de 26 de Agosto de 1857.

*Approva o Contracto celebrado em 17 de Abril de 1855 com o Dr. Hermann Blumenau para fundação de hupia Colonia no Itajahy.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

**Art. 1.º** Fica approvedo o contracto celebrado a dezesete de Abril de mil oitocentos cincoenta e cinco, á que se refere o Decreto do Governo da mesma data, a fim de que possa o Doutor Hermann Blumenau, levar a effeito a fundação de huma Colonia no Itajahy, Provincia de Santa Catharina, conforme as condições declaradas no referido contracto.

**Art. 2.º** O Governo fica autorisado a alterar a condição nona do dito contracto, para que o carvão de pedra, que servir de lastro, possa ser desembarcado no Itajahy, ainda quando pagos os direitos na Alfandega de Santa Chatharina.

**Art. 3.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 915 — de 26 de Agosto de 1857.

*Conceda á Irmandade de São Pedro da Cidade de Marianna, Provincia de Minas Geraes, duas loterias, e igual numero á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Sabará na referida Provincia.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

**Art. 1.º** Ficão concedidas á Irmandade de São Pedro da Cidade de Marianna, Provincia de Minas Geraes, duas loterias do mesmo valor e segundo o plano das desta Córte, onde serão extrahidas, para conclusão das obras da Igreja de São Pedro da mesma Cidade

**Art. 2.º** Igual numero de loterias do mesmo valor e plano he concedido á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Sabará da referida Provincia para o acabamento do seu edificio.

**Art. 3.º** O Governo fiscalisará a applicação do producto liquido das mesmas loterias aos fins mencionados nos Artigos antecedentes.

**Art. 1.º** Fica approvedo o contracto celebrado a dezesete de Abril de mil oitocentos cincoenta e cinco, á que se refere o Decreto do Governo da mesma data, a fim de que possa o Doutor Hermann Blumenau, levar a effeito a fundação de huma Colonia no Itajahy, Provincia de Santa Catharina, conforme as condições declaradas no referido contracto.

**Art. 2.º** O Governo fica autorisado a alterar a condição nona do dito contracto, para que o carvão de pedra, que servir de lastro, possa ser desembarcado no Itajahy, ainda quando pagos os direitos na Alfandega de Santa Chatharina.

**Art. 3.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 915 — de 26 de Agosto de 1857.

*Conceda á Irmandade de São Pedro da Cidade de Marianna, Provincia de Minas Geraes, duas loterias, e igual numero á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Sabará na referida Provincia.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

**Art. 1.º** Ficão concedidas á Irmandade de São Pedro da Cidade de Marianna, Provincia de Minas Geraes, duas loterias do mesmo valor e segundo o plano das desta Córte, onde serão extrahidas, para conclusão das obras da Igreja de São Pedro da mesma Cidade

**Art. 2.º** Igual numero de loterias do mesmo valor e plano he concedido á Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Sabará da referida Provincia para o acabamento do seu edificio.

**Art. 3.º** O Governo fiscalisará a applicação do producto liquido das mesmas loterias aos fins mencionados nos Artigos antecedentes.

Art. 4.º Ficção revogadas quaesquer disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 916 — de 26 de Agosto de 1857.

*Concede cinco loterias á Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas Liberaes e Beneficente desta Côrte.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Ficção concedidas á Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas Liberaes e Beneficente desta Côrte, cinco loterias segundo o plano das da mesma Côrte, onde serão extrahidas.

Art. 2.º Ficção sem effeito as Leis e disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

Art. 4.º Ficção revogadas quaesquer disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 916 — de 26 de Agosto de 1857.

*Concede cinco loterias á Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas Liberaes e Beneficente desta Côrte.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Ficção concedidas á Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas Liberaes e Beneficente desta Côrte, cinco loterias segundo o plano das da mesma Côrte, onde serão extrahidas.

Art. 2.º Ficção sem effeito as Leis e disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 917 — de 26 de Agosto de 1857.

*Concede tres loterias para as obras das Matrizes de Villa Nova, Pacatuba e Porto da Folha da Provincia de Sergipe.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Ficão concedidas tres loterias, segundo o plano das que se tem concedido á Santa Casa da Misericordia da Côrte, em favor das obras das Matrizes de Villa Nova, Pacatuba e Porto da Folha da Provincia de Sergipe, repartido com igualdade o producto entre as tres Freguezias; revogadas para isto as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincôenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 918 — de 26 de Agosto de 1857.

*Concede quatro loterias para a conclusão das obras das Matrizes do Bonito, Altinho e Caruarú da Provincia de Pernambuco.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Ficão concedidas ás Matrizes do Bonito, Altinho e Caruarú da Provincia de Pernambuco quatro loterias, segundo o plano das que correm na Côrte onde serão extrahidas, para o fim de se concluirem as obras dessas Matrizes, revogadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 919 — de 26 de Agosto de 1857.

*Concede á Santa Casa da Misericordia da Cidade da Victoria,  
capital da Provincia do Espirito Santo, huma loteria,  
que será estrahida na Côte.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica concedida á Santa Casa da Misericordia da Cidade da Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo, huma loteria que será extrahida nesta Côte, segundo o plano adoptado para as que são destinadas aos Estabelecimentos de Charidade, revogadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 920 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação  
a Carlos Eduardo Muhler*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorizado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Allemão Carlos Eduardo Muhler, residente na Provincia de Pernambuco, revogadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 921 — de 26 de Agosto de 1837.

***Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação  
a Henrique Corrêa Moreira.***

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa

Art. Unico. O Governo he autorizado a conceder ao subdito Portuguez Henrique Corrêa Moreira, Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 922 — de 26 de Agosto de 1837.

***Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação  
a Bernardo Urbano Bedegorry.***

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo he autorizado a conceder ao subdito Francez Bernardo Urbano Bedegorry, Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*



DECRETO N.º 923 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao  
Dr. Hermann Melcher.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorisado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao Dr. Hermann Melcher, formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Rieel, e residente na Cidade da Constituição da Provincia de São Paulo, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 924 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação a  
José Benito Nunes.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo he autorisado a conceder ao subdito Hespanhol José Benito Nunes Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 925 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a José de Almeida Campos e Francisco Gualarte Horta.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes José de Almeida Campos e Francisco Gualarte Horta; dispensadas em seu favor as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 926 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a João Pedro Moreira, residente na Provincia do Pará.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez João Pedro Moreira, residente no Pará; dispensadas em seu favor as disposições das Leis em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 927 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo par mandar passar Carta de Naturalisação a Franciseo Antonio de Campos Mantua.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar passar Carta de Naturalisação ao subdito Portuguez Francisco Antonio de Campos Mantua residente nesta Côrte, dispensadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 928 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a varios individuos.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorizado a conceder Carta de Naturalisação aos seguintes subditos Portuguezes; Manoel Francisco Esteves, João Diogo Madeira, Manoel Antonio Braga e Joaquim Ribeiro da Silva, residentes na Provincia de Minas Geraes, revogadas para esse fim as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. alacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 929 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para mandar passar Carta de Naturalisação a Vicente José Ramos.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo fica autorizado para mandar passar Carta de Naturalisação ao subdito Portuguez Vicente José Ramos, residente em S. Sebastião, Provincia de São Paulo; dispensadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 930 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação a varios individuos.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica o Governo autorizado a mandar passar Carta de Naturalisação aos Portuguezes José Pedro de Carvalho, e Manoel Francisco de Miranda, residentes na Cidade da Granja, Provincia do Ceará; e Guilherme Jorge da Motta, Faustino Fogaça da Silveira, residentes na Provincia das Alagoas, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 931 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autarisa o Governo a mandar passar Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a João Gonçalves Pereira Lima.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo fica autorizado para mandar passar Carta de Naturalisação de cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez João Gonçalves Pereira Lima, revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 932 — de 26 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo para conceder Carta de Naturalisação a Jorge Patchett, residente na Provincia de Pernambuco.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo he autorizado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Britannico Jorge Patchett, residente em Pernambuco; revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 933 — de 26 Agosto de 1857.

***Autorisa o Governo para emprestar á Companhia — Ponta d'Arêa — a quantia de trezentos contos de réis.***

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo he autorisado para emprestar á Companhia — Ponta d'Arêa — a quantia de trezentos contos de réis mediante hypotheca no Estabelecimento, e em todos os valores da Companhia, e mais as garantias que julgar convenientes.

§ 1.º O juro deste emprestimo será de 6 por cento ao anno pago semestralmente.

§ 2.º A amortisação começará no fim do quinto anno na razão de cincoenta contos de réis em cada semestre, até o effectivo reembolso de todo o capital e seus juros.

Bernardo de Sousa Franco, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Bernardo de Sousa Franco.*

---

DECRETO N.º 934 — de 29 de Agosto de 1857.

***Autorisa o Governo a innovar o Contracto celebrado com a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.***

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorisado para innovar o Contracto celebrado com a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas do modo que julgar mais conveniente.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 935. — de 29 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a pagar ao Tenente reformado do Exercito Joaquim José de Sousa, a quantia de 1.375\$00 de soldos por elle vencidos.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorisado a pagar ao Tenente reformado do Exercito Joaquim José de Sousa a quantia de réis 1.375\$000 de soldos por elle vencidos desde o 1.º de Janeiro de 1827 a 31 de Julho de 1831; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*

---

DECRETO N.º 936 — de 3 de Setembro de 1857.

*Autorisa o Governo para estabelecer a navegação por vapor desta Côte á Cidade da Victoria, na Provincia do Espirito Santo, e a estende-la ao porto de Caravellas, na da Bahia.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 935. — de 29 de Agosto de 1857.

*Autorisa o Governo a pagar ao Tenente reformado do Exercito Joaquim José de Sousa, a quantia de 1.375\$00 de soldos por elle vencidos.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorisado a pagar ao Tenente reformado do Exercito Joaquim José de Sousa a quantia de réis 1.375\$000 de soldos por elle vencidos desde o 1.º de Janeiro de 1827 a 31 de Julho de 1831; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Jeronimo Francisco Coelho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Jeronimo Francisco Coelho.*

---

DECRETO N.º 936 — de 3 de Setembro de 1857.

*Autorisa o Governo para estabelecer a navegação por vapor desta Côte á Cidade da Victoria, na Provincia do Espirito Santo, e a estende-la ao porto de Caravellas, na da Bahia.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.



Art. 1.º O Governo fica autorizado a estabelecer a navegação por vapor, sendo pelo menos huma viagem redonda por mez, deste porto do Rio de Janeiro ao da Cidade da Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo, contractando ou com a Companhia de Paquetes do Norte, ou com outra qualquer, ou empresario que se obrigue a estende-la ao porto de Caravellas na Provincia da Bahia; podendo neste ultimo caso marcar outras escalas na Provincia do Espirito Santo se o entender necessario.

Art. 2.º Para ser levado á effeito o disposto nos Artigos antecedentes he concedido ao Governo, ou fazer as necessarias alterações no contracto celebrado com a Companhia dos Paquetes, indemnizando-a convenientemente pela nova escala dos vapores no porto da Victoria, ou subvencionar qualquer outra Companhia ou empresario, que se propuzer a effectuar a mencionada navegação.

Art. 3.º Da mesma fórma, e de accordo com as bases fixadas nos Artigos anteriores, fica o Governo autorizado, em quanto não for estabelecida a navegação costeira de que trata a Lei de 22 de Julho de 1854, a contractar ou com a Companhia dos Paquetes para o Norte, ou com a Companhia Pernambucana, a escala dos vapores em algum dos portos do Rio Paranahyba, na Provincia do Piahy.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 937 — de 9 de Setembro de 1837.

*Determina que a Villa de São Bento seja a cabeça do segundo Districto eleitoral da Provincia do Maranhão.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A Villa de São Bento será a cabeça do segundo Districto eleitoral da Provincia do Maranhão.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a estabelecer a navegação por vapor, sendo pelo menos huma viagem redonda por mez, deste porto do Rio de Janeiro ao da Cidade da Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo, contractando ou com a Companhia de Paquetes do Norte, ou com outra qualquer, ou empresario que se obrigue a estende-la ao porto de Caravellas na Provincia da Bahia; podendo neste ultimo caso marcar outras escalas na Provincia do Espirito Santo se o entender necessario.

Art. 2.º Para ser levado á effeito o disposto nos Artigos antecedentes he concedido ao Governo, ou fazer as necessarias alterações no contracto celebrado com a Companhia dos Paquetes, indemnizando-a convenientemente pela nova escala dos vapores no porto da Victoria, ou subvencionar qualquer outra Companhia ou empresario, que se propuzer a effectuar a mencionada navegação.

Art. 3.º Da mesma fórma, e de accordo com as bases fixadas nos Artigos anteriores, fica o Governo autorizado, em quanto não for estabelecida a navegação costeira de que trata a Lei de 22 de Julho de 1854, a contractar ou com a Companhia dos Paquetes para o Norte, ou com a Companhia Pernambucana, a escala dos vapores em algum dos portos do Rio Paranahyba, na Provincia do Piahy.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

DECRETO N.º 937 — de 9 de Setembro de 1837.

*Determina que a Villa de São Bento seja a cabeça do segundo Districto eleitoral da Provincia do Maranhão.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A Villa de São Bento será a cabeça do segundo Districto eleitoral da Provincia do Maranhão.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 938 — de 23 de Setembro de 1837.

*Autorisa o Governo a conceder hum anno de lieença com todos os vencimentos ao Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, a João Xavier Carneiro da Cunha e a Manoel José de Albuquerque.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a conceder hum anno de licença com todos os seus vencimentos ao Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, Lente Cathedratico da Faculdade de Direito do Recife para tratar de sua saude dentro ou fóra do Imperio, ao Inspector do Consulado Geral da Provincia de Pernambuco João Xavier Carneiro da Cunha, e ao Contador da Contadoria Geral da Guerra, Manoel José de Albuquerque.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

---

DECRETO N.º 938 — de 23 de Setembro de 1837.

*Autorisa o Governo a conceder hum anno de lieença com todos os vencimentos ao Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, a João Xavier Carneiro da Cunha e a Manoel José de Albuquerque.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a conceder hum anno de licença com todos os seus vencimentos ao Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, Lente Cathedratico da Faculdade de Direito do Recife para tratar de sua saude dentro ou fóra do Imperio, ao Inspector do Consulado Geral da Provincia de Pernambuco João Xavier Carneiro da Cunha, e ao Contador da Contadoria Geral da Guerra, Manoel José de Albuquerque.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Marquez de Olinda.*

LEI N.º 939 — de 26 de Setembro de 1857.

***Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1858—1859.***

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

CAPITULO 1.

**Despeza Geral.**

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1858—1859 he fixada na quantia de..... 40.097.068\$549

A qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na fórma especificada nos Artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. 7.354.465\$000

A saber:

|  |              |
|--|--------------|
| 1.º Dotação de S. M. o Imperador.....                                  | 800.000\$000 |
| 2.º Dita de S. M. a Imperatriz.....                                    | 96.000\$000  |
| 3.º Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel.....            | 12.000\$000  |
| 4.º Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina.....                     | 6.000\$000   |
| 5.º Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas..... | 102.000\$000 |
| 6.º Dita de S. M. a Imperatriz viuva, a Duqueza de Bragança.....       | 50.000\$000  |
| 7.º Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz.....                        | 6.000\$000   |
| 8.º Ditos da Princeza a Senhora D. Isabel.                             | 6.000\$000   |
| 9.º Ditos do Principe o Senhor D. Felipe.                              | 6.000\$000   |
| 10. Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....                     | 6.400\$000   |
| 11. Secretaria d'Estado.....   | 83.880\$000  |
| 12. Gabinete Imperial.....   | 1.900\$000   |
| 13. Conselho d'Estado.....   | 48.000\$000  |
| 14. Presidencias de Provincias.....                                    | 230.080\$000 |
| 15. Camara dos Senadores e Secretaria..                                | 219.600\$000 |

|     |   |                |
|-----|---|----------------|
| 16. | Dita dos Deputados, idem, sendo desde já elevada a 1.800\$000 a verba do expediente da respectiva Secretaria, a 3.000\$000 a das despesas extraordinarias e eventuaes da mesma Camara, e a 16.000\$000 a da publicação das discussões, na conformidade do contracto ultimamente celebrado com o proprietario do Jornal do Commercio.....  | 334.540\$000   |
| 17. | Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados.....   | 52.600\$000    |
| 18. | Faculdades de Direito, sendo 4.000\$ para compra de livros para a Bibliotheca da Faculdade de Pernambuco.   | 162.366\$000   |
| 19. | Dita de Medicina.....   | 201.000\$000   |
| 20. | Academia das Bellas Artes.....  | 24.444\$000    |
| 21. | Museo.....  | 9.000\$000     |
| 22. | Hygiene Publica.....  | 23.500\$000    |
| 23. | Empregados de visitas de saude dos portos.....  | 20.000\$000    |
| 24. | Lazaretos.....  | 120.000\$000   |
| 25. | Instituto vaccinico.....  | 14.780\$000    |
| 26. | Commissão de Engenheiros.....   | 6.800\$000     |
| 27. | Canaes, pontes, estradas, e outras obras publicas geraes, e auxilio ás obras provinciaes, incluida a quantia de 700.000\$000 para o pagamento dos juros de 5 por cento garantidos ás Companhias das Estradas de ferro de D. Pedro II e de Pernambuco; 100.000\$ para a abertura de huma estrada de rodagem entre a Cidade de S. João d'El-Rei em Minas e a Capital de Goyaz; 100.000\$ para auxilio ás obras das estradas da Provincia de S. Paulo; 50.000\$ para auxilio ás obras da Provincia do Amazonas; 50.000\$ para o melhoramento das estradas que da Cidade de Cuyabá se dirigem á de Mato Grosso, á Villa do Diamantino, e a Sant'Anna do Parahyba..... | 1.440.000\$000 |
| 28. | Correio Geral e Paquetes de vapor, comprehendida a quantia de 4.000\$ para compra de animaes e pagamento dos salarios de estafetas para a condução das malas da   |                |

|  |  |                |
|--|--|----------------|
| Agencia de Lorena á de Pouso<br>Alegre, e dos Municipios dessa Ci-<br>dade, de Villa Nova de Itajubá,<br>de Caldas, e de Jaguary; e a de<br>440\$ para pagamento de estafetas<br>para condução das malas da Ci-<br>dade de Oeiras do Piahy á Villa<br>do Joaseiro na Provincia da Bahia. |  | 1.901.140\$000 |
| 29.  | Repartição geral das terras publicas,<br>medição destas e colonisação..... | 670.100\$000   |
| 30.  | Catechese e civilisação de Indios....                                      | 60.000\$000    |
| 31.  | Colonias Militares.....  | 120.000\$000   |
| 32.  | Estabelecimentos de Educandas no<br>Pará.....                              | 2.000\$000     |
| 33.  | Archivo Publico.....   | 6.820\$000     |
| 34.  | Eventuaes.....   | 50.000\$000    |

*No Municipio da Côte.*

|     |   |              |
|-----|---|--------------|
| 35. | Instrução primaria e secundaria...                      | 144.340\$000 |
| 36. | Instituto Commercial.....                               | 13.820\$000  |
| 37. | Dito dos Meninos cegos.....                             | 25.000\$000  |
| 38. | Bibliotheca Publica .....                               | 12.638\$000  |
| 39. | Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo<br>de Freitas.....  | 13.840\$000  |
| 40. | Dito do Passeio Publico.....                            | 8.877\$000   |
| 41. | Instituto Historico e Geographico Bra-<br>sileiro ..... | 5.600\$000   |
| 42. | Imperial Academia de Medicina....                       | 2.000\$000   |
| 43. | Sociedade Auxiliadora da Industria<br>Nacional.....     | 4.000\$000   |
| 44. | Hospital dos Lazaros.....                               | 2.000\$000   |
| 45. | Obras Publicas.....                                     | 200.000\$000 |
| 46. | Exercicios findos.....                                  |              |

Art. 3.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da  
 Justiça he autorisado para despender com os objectos designados  
 nos seguintes paragraphos a quantia de.... 3.737.704\$994

A saber :

|     |  |              |
|-----|--|--------------|
| 1.º | Secretaria d'Estado.....   | 76.800\$000  |
| 2.º | Tribunal Supremo de Justiça.....   | 101.800\$000 |
| 3.º | Relações, incluidos os ordenados dos<br>Dezembargadores aposentados, Ber-<br>nardo Rabello da Silva Pereira, e |              |

|     |  |              |
|-----|--|--------------|
|     | Severo Amorim do Valle, na razão de 3.000\$ para cada hum.....   | 291.553\$334 |
| 4.º | Justiça de primeira Instancia.....   | 839.120\$000 |
| 5.º | Polícia e segurança publica.....   | 124.000\$000 |
| 6.º | Pessoal da Polícia.....  | 307.052\$000 |
| 7.º | Guarda Nacional.....   | 165.621\$500 |
| 8.º | Telegraphos .....  | 70.548\$600  |
| 9.º | Bispos, Cathedraes, Relação Metropolitana, Parochos, Vigários geraes e Provisores, incluídos desde já 5.000\$ para a conclusão das obras do Palacio Archiepiscopal da Bahia.   | 596.275\$500 |
| 10. | Seminarios episcopaes, incluídos 10.000\$ para ordenados dos Lentes do Seminario episcopal da Provincia de S. Pedro; 10.000\$ para ordenados dos Lentes do Seminario episcopal da Provincia de Mato Grosso, ficando desde já o Governo autorisado a nomea-los; 10.000\$ para auxilio ás obras do Seminario episcopal da Provincia de S. Pedro; 12.000 para compra ou construcção de hum edificio e mobilia para nelle estabelecer-se o Seminario episcopal da Provincia de Goyaz; e 3.000\$ para auxilio do Seminario da Cidade de Manãos, capital da Provincia do Amazonas..... | 162.200\$000 |
| 11. | Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro.....  | 64.710\$000  |
| 12. | Tribunaes do Commercio.....  | 34.300\$000  |
| 13. | Repressão do trafico de africanos...   | 50.000\$000  |
| 14. | Sustento de presos.....  | 5.000\$000   |
| 15. | Eventuaes.....   | 10.000\$000  |

*No Municipio da Côte.*

|     |  |              |
|-----|--|--------------|
| 16. | Culto publico.....                     | 4.995\$560   |
| 17. | Corpo Municipal Permanente.....        | 316.468\$500 |
| 18. | Casa de correcção e reparos de Cadêas. | 120.000\$000 |
| 19. | Conducção e sustento de presos.....    | 30.000\$000  |
| 20. | Iluminação publica.....                | 367.260\$000 |
| 21. | Exercícios findos.....                 | \$           |



**Art. 4.º** O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros he autorizado para despendere com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 659.520\$086

A saber:

|  |              |
|--|--------------|
| 1.º Secretaria d'Estado.....   | 53.845\$088  |
| 2.º Legações e Consulados, a 27 dinheiros esterlinos por 1\$.....                | 453.941\$666 |
| 3.º Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....                            | 9.733\$332   |
| 4.º Despezas extraordinarias no exterior, a 27 dinheiros esterlinos por 1\$..... | 110.000\$000 |
| 5.º Ditas no interior, moeda do paiz...  | 30.000\$000  |
| 6.º Exercícios findos.....   | \$           |

**Art. 3.º** O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha he autorizado para despendere com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de.... 4.973.964\$913

A saber:

|  |              |
|--|--------------|
| 1.º Secretaria d'Estado.....   | 33.000\$000  |
| 2.º Quartel General de Marinha.....  | 5.903\$700   |
| 3.º Conselho Supremo Militar.....  | 4.800\$000   |
| 4.º Auditoria e Executoria.....  | 3.370\$000   |
| 5.º Corpo d'Armada e classes annexas..   | 363.837\$600 |
| 6.º Batalhão Naval.....  | 27.780\$950  |
| 7.º Corpo de Imperiaes Marinheiros....   | 84.751\$000  |
| 8.º Companhia de Invalidos.....  | 6.406\$000   |
| 9.º Contadoria da Marinha.....   | 56.000\$000  |
| 10. Intendencia e accessorios.....   | 107.098\$000 |
| 11. Arsenaes, ficando igualados os vencimentos do Amoxarife e Escrivão do Arsenal de Pernambuco aos dos da Bahia, conforme o § 11 do Art. 5.º da Lei N.º 779 de 6 de Setembro de 1854, e assim alterada a Tabela que baixou com o Decreto N.º 1.769 de 16 de Junho de 1856 | 854.690\$600 |
| 12. Capitancias de portos.....   | 95.189\$490  |
| 13. Força naval e Navios de transporte.  | 943.831\$150 |
| 14. Navios desarmados.....   | 28.598\$000  |
| 15. Hospitaes.....   | 35.808\$000  |
| 16. Pharoes.....   | 25.874\$500  |

|     |  |                |
|-----|--|----------------|
| 17. | Academia de Marinha.....   | 26.228\$060    |
| 18. | Escolas.....   | 1.304\$000     |
| 19. | Bibliotheca da Marinha.....  | 1.324\$818     |
| 20. | Reformados.....  | 56.600\$105    |
| 21. | Material.....  | 1.645.845\$000 |
| 22. | Obras, incluída a quantia de 60.000\$<br>para melhoramento dos portos das<br>Cidades da Parahyba e Mamanguape. | 343.724\$000   |
| 23. | Despezas extraordinarias e eventuaes.  | 224.000\$000   |
| 24. | Exercicios findos.....   | \$             |

---

Art. 6.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra he autorisado para despendere com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de... 11.029.624\$556

---

A saber :

|     |  |                |
|-----|--|----------------|
| 1.º | Secretaria d'Estado e Repartições annexas.....   | 104.492\$000   |
| 2.º | Contadoria Geral da Guerra.....  | 36.440\$000    |
| 3.º | Conselho Supremo Militar e de Justiça.   | 44.476\$000    |
| 4.º | Pagadoria das Tropas.....  | 11.940\$000    |
| 5.º | Instrucção militar.....  | 144.680\$100   |
| 6.º | Arsenaes de Guerra e Armazens de artigos bellicos.....   | 2.058.050\$700 |
| 7.º | Corpo de Saude e Hospitaes.....  | 535.356\$000   |
| 8.º | Repartição do Ajudante-General do Exercito, Commando d'Armas, &c.  | 180.168\$200   |
| 9.º | Exercito.....  | 5.542.679\$750 |
| 10. | Officiaes honorarios, segunda Linha, Reformados e Auditores.....   | 539.385\$326   |
| 11. | Repartição Ecclesiastica.....  | 61.616\$000    |
| 12. | Gratificações diversas, &c.....  | 96.107\$200    |
| 13. | Invalidos....  | 71.672\$730    |
| 14. | Pedestres.....   | 251.273\$750   |
| 15. | Recrutamento e premio de engajamento.....  | 300.000\$000   |
| 16. | Fabricas.....  | 133.476\$800   |
| 17. | Obras militares, sendo 150.000\$ destinados á construcção dos Hospitaes e Quarteis mais urgentes na Provincia do Rio Grande do Sul; e 50.000\$ para reparos das fortificações e Quarteis da Provincia do Amazonas..... | 620.000\$000   |
| 18. | Diversas despezas e eventuaes.....   | 300.808\$000   |
| 19. | Exercicios findos.....   |                |

---

**Art. 7.º** O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda he autorisado para despendor com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de.... 12.339.789\$000

A saber :

|     |  |                |
|-----|--|----------------|
| 1.º | Juros e amortisação da divida externa fundada, calculados ao cambio de 27.....   | 3.787.120\$000 |
| 2.º | Ditos da divida interna fundada.....   | 3.460.166\$000 |
| 3.º | Ditos da divida inscripta antes da emissão das respectivas Apolices, e pagamento em dinheiro das quantias da mesma divida menores de 400\$, na forma do Art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832..... | 10.000\$000    |
| 4.º | Caixa d'Amortisação filial da Bahia, e Empregados no resgate e substituição do papel moeda.. .....   | 38.640\$000    |
| 5.º | Pensionistas do Estado.....  | 544.054\$000   |
| 6.º | Aposentados.....   | 378.803\$000   |
| 7.º | Empregados de Repartições extinctas.   | 29.764\$000    |
| 8.º | Thesourc Nacional.....   | 348.800\$000   |
| 9.º | Thesourarias.....  | 546.322\$000   |
| 10. | Juizo dos Feitos da Fazenda.....   | 68.185\$000    |
| 11. | Alfandegas.....  | 1.365.380\$000 |
| 12. | Consulados.....  | 218.874\$000   |
| 13. | Recebedorias.....  | 117.922\$000   |
| 14. | Mesas de Rendas e Collectorias.....  | 333.987\$000   |
| 15. | Casa da Moeda.....   | 134.200\$000   |
| 16. | Officina e armazem do papel sellado.   | 49.080\$000    |
| 17. | Typographia Nacional.....  | 120.000\$000   |
| 18. | Officina das Apolices.....   | 3.360\$000     |
| 19. | Administração de Proprios nacionaes.   | 22.686\$000    |
| 20. | Dita de terrenos diamantinos.....  | 15.546\$000    |
| 21. | Ajudas de custo a Empregados de Fazenda.....   | 12.000\$000    |
| 22. | Curadoria de africanos livres.....   | 1.900\$000     |
| 23. | Medição de terrenos de marinhas...   | 3.000\$000     |
| 24. | Premios de letras, descontos de assignados das Alfandegas, commissoes, corretagens e seguros.....  | 100.000\$000   |
| 25. | Juros dos emprestimos do cofre dos Orphãos.....  | 130.000\$000   |
| 26. | Reposições e restituições de direitos, e outras.....   | 50.000\$000    |

|     |  |              |
|-----|--|--------------|
| 27. | Côrte, condução e plantação do pão-brasil, ou outro qualquer meio de augmentar a sua produção..... | 120.000\$000 |
| 28. | Obras.....   | 300.000\$000 |
| 29. | Gratificações.....   | 10.000\$000  |
| 30. | Eventuaes.....   | 20.000\$000  |
| 31. | Exercicios findos.....   | \$           |
| 32. | Pagamento de bens de defuntos e ausentes.....  | \$           |
| 33. | Dito de deposito de qualquer origem.....   | \$           |

---

## CAPITULO II.

**Receita Geral.**

Art. 8.º A Receita Geral do Imperio he orçada na quantia de..... 39.428.100\$000

---

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto da Renda Geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei sob os titulos abaixo designados:

- 1.º Direitos de importação para consumo.
- 2.º Ditos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem livres de direito de consumo.
- 5.º Dito dos ditos do paiz.
- 6.º Dito dos ditos livres.
- 7.º Armazenagem.
- 8.º Premios de assignados.
- 9.º Ancoragem.
10. Direitos de 15 por cento das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes
11. Ditos de 5 por cento na compra e venda das embarcações.
12. Ditos de 7 por cento de exportação.
13. Ditos de 2 por cento idem.
14. Ditos de 1 por cento idem de ouro em barra.
15. Ditos de meio por cento dos diamantes.
16. Expediente das Capatazias.
17. Renda do Correio Geral.
18. Dita da Casa da Moeda.
19. Dita da Senhoriagem da prata.
20. Dita da Typographia Nacional.
21. Dita da Casa da correcção.
22. Dita da Fabrica da polvora.

23. Dita da Fabrica de ferro de Ypanema.
24. Dita dos Arsenaes.
25. Dita de Proprios nacionaes.
26. Dita de terrenos diamantinos.
27. Fóros de terrenos e de marinhas, excepto as do Municipio da Côrte, e producto da venda das posses ou dominios uteis daquelles terrenos de marinha, cujo aforamento for pretendido por mais de hum individuo, a quem a Lei não mandar dar preferencia, ou não sendo esta requerida em tempo, os quaes serão postos em hasta publica para serem cedidos a quem mais der.
28. Laudeimios, não comprehendendo os provenientes das Rendas de terrenos de marinha da Côrte.
29. Sisa dos bens raiz.
30. Decima urbana de huma legua além da demarcação.
31. Dita addicional das Corporações de mão morta.
32. Direitos novos e velhos e de Chancellaria.
33. Ditos das Patentes dos Officiaes da Guarda Nacional.
34. Dizimo de Chancellaria.
35. Joias das Ordens honorificas.
36. Matriculas das Faculdades de Direito e de Medicina.
37. Multas por infracção de Regulamentos.
38. Sello do papel fixo e proporcional.
39. Premios de depositos publicos.
40. Impostos de Despachantes e Corretores.
41. Emolumentos.
42. Impostos sobre lojas, casas de descontos, &c.
43. Ditos sobre casas de moveis, roupa, &c., fabricados em paiz estrangeiro.
44. Ditos sobre barcos do interior.
45. Dito de 8 por cento das Loterias.
46. Dito de 8 por cento dos premios das mesmas.
47. Ditos sobre mineração.
48. Ditos sobre datas mineraes.
49. Taxas de escravos.
50. Venda de pão-brasil.
51. Cobrança da divida activa.
52. Vendas de terras publicas.

### *Peculiares do Municipio.*

53. Concessão de pennas d'agua.
54. Dizimos.
55. Decima urbana.
56. Terças partes de officios.
57. Emolumentos de Policia.
58. Impostos sobre casas de leilão e modas.

- 59. Dito de patente no consumo d'aguardente.
- 60. Dito do gado de consumo.
- 61. Meia sisa dos escravos.
- 62. Sello de heranças e legados.
- 63. Rendimento do evento.

#### *Extraordinaria.*

- 64. Contribuição para o Monte-pio.
- 65. Indemnisações.
- 66. Juros de capitaes nacionaes.
- 67. Venda de generos e Proprios nacionaes.
- 68. Receita eventual.

#### *Depositos.*

- 1.º Bens de defuntos e ausente.
- 2.º Premios de Loterias.
- 3.º Salarios de africanos livres.
- 4.º Depositos de diversas origens.

#### *Operações de Credito.*

Empréstimo do cofre dos Orphãos.

Art. 10. O Governo fica autorisado para emittir bilhetes do Thesouro até a somma de 8.000.000\$ como anticipação de Receita no exercicio desta Lei.

### CAPITULO III.

#### **Disposições geraes.**

Art. 11. Os Escrivães e Tabelliães, que no prazo marcado nos Regulamentos deixarem de remetter ao Thesouro ou ás Thesourarias nas Provincias as certidões de sisa dos Contractos de compra e venda dos bens de raiz, cujas escripturas tiverem sido lavradas em seus Cartorios, incorrerão, por cada certidão não remettida, na multa de 50\$000 a 100\$000, que lhes será imposta administrativamente pelo Presidente do Tribunal do Thesouro na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, e pelos Inspectores das Thesourarias de Fazenda nas diversas Provincias.

Art 12. Fica o Governo autorisado a organizar hum novo Regulamento para a arrecadação do imposto da sisa, substituindo a multa do Alvará de 2 de Junho de 1809 pela de 10 a 30 por cento do valor da cousa vendida, repartidamente entre o comprador e o vendedor, e imposta pelos Chefes das estações de arrecadação.

Art. 13. As multas de revalidação do sello fixo e proporcional impostas nos Arts. 13 e 14 da Lei de 23 de Outubro de 1843, ficão reduzidas de 10 até 20 por cento do valor dos titulos.

Art. 14. A Receita proveniente do emprestimo do cofre dos Orphãos será escripturada sob o titulo de — Depositos —, ficando sem effeito a segunda parte do Art. 13 da Lei N.º 779 de 6 de Setembro de 1854.

Art. 15. Ficão sem vigor os Arts. 24 e 27 da Lei N.º 369 de 18 de Setembro de 1845.

Art. 16. He o Governo autorizado para :

§ 1.º Desapropriar o edificio da Alfandega do Maranhão, que, em virtude de sentença do Poder Judiciario, foi mandado restituir á Junta de liquidação das extintas Companhias do Grão-Pará e Maranhão em Lisboa.

§ 2.º Fazer, desde já, as operações de credito que forem necessarias para cumprir os Contractos dos emprestimos externos de 1829.

§ 3.º Conceder, desde já, á Companhia de illuminação a gaz da Cidade do Recife, na Provincia de Pernambuco, a isenção de direitos sobre os objectos estipulados e designados no Contracto entre o Presidente de Pernambuco e a mesma Companhia.

§ 4.º Despender no exercicio de 1857 — 1858, por conta das verbas dos §§ 1.º, 17 e 18 do Art. 3.º da Lei N.º 884 do 1.º de Outubro de 1856, as mesmas sommas consignadas nos paragraphos correspondentes da presente Lei.

§ 5.º Reformar, desde já, o Regulamento do Corpo Municipal Permanente da Córte.

§ 6.º Despender no exercicio de 1857 — 1858, por conta das verbas dos §§ 10, 11, 19, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 40, e 45 do Art. 2.º da Lei N.º 884 do 1.º de Outubro de 1856, as mesmas sommas consignadas nos paragraphos correspondentes da presente Lei; e outrosim a de 550.000\$, além da de 400.000\$000, e a de 17.254\$000, além da de 12.638\$000, consignadas nos §§ 27 e 38 do mesmo Art. 2.º daquela Lei, sendo applicadas ao pagamento dos juros de 5 por cento garantidos ás Companhias das Estradas de ferro de D. Pedro II e de Pernambuco, e ás despesas procedentes da transferencia da Bibliotheca nacional para o novo predio que foi adquirido; e de compra de moveis para este.

§ 7.º Adquirir predios nos quaes se estabelecção o Imperial Instituto de Meninos cegos e o Internato do Collegio de Pedro II, não excedendo de 60.000\$000 a importancia de cada hum delles; e outrosim organizar os gabinetes das duas Faculdades de Medicina, e fazer construir hum edificio apropriado para a do Rio de Janeiro, podendo despender no actual exercicio com hum e outro objecto até a somma de 60.000\$000.

§ 8.º Mandando desde já construir hum edificio proprio para a Faculdade de Direito do Recife, podendo despendar até o fim do anno da presente Lei a quantia de 50.000\$000.

§ 9.º Despendar até a quantia de 40.000\$000 para melhoramento da raça cavallar e introdução de camelos.

§ 10. Conceder, desde já ao Instituto dos surdos-mudos a subvenção annual de 5.000\$000, e mais dez pensões, tambem annuaes, de 500\$000 cada humas, a favor de outros tantos surdos-mudos pobres, que nos termos do Regulamento interno do mesmo Instituto, forem aceitos pelo Director e Commissão e approvados pelo Governo.

§ 11. Conceder, desde já, á Companhia de illuminação a gaz da capital do Pará a isenção de direitos sobre os objectos necesarios ao seu custeio.

§ 12. Despendar, desde já, com a aquisição de vapores apropriados á navegação dos grandes rios do Imperio a quantia que for necessaria.

§ 13. Despendar no exercicio de 1857 — 1858, por conta das verbas dos §§ 6.º, 10, 19 e 20 do Art. 6.º da Lei N.º 884 do 1.º de Outubro de 1856, as mesmas sommas consignadas nos §§ 6.º, 9.º, 17 e 18 da presente Lei.

§ 14. Mandar desde já proceder a exames e explorações nas Provincias em que constar existir carvão de pedra, ordenando o trabalho das minas descobertas ou que se descobrirem, se o julgar conveniente, e fazendo para isso as despesas necessarias.

Art. 17. A authorisação de que trata o § 4.º do Art. 11 da Lei N.º 719 de 23 de Setembro de 1853 he extensiva aos Arsenaes de Marinha, em cuja organização o Governo observará o seguinte:

§ 1.º O numero de Empregados existentes não será augmentado.

§ 2.º Os Empregados de ordem e categoria iguaes ás dos das Intendencias terão os mesmos vencimentos.

§ 3.º O Inspector do Arsenal da Córte terá os vencimentos e vantagens que competem aos Commandantes das Estações navaes em effectividade de serviço.

§ 4.º Os 1.ºs Engenheiros e Constructores terão a gratificação de 4.000\$000.

§ 5.º O Governo creará na Provincia da Bahia e na de Pernambuco humas Companhias de aprendizes menores do Arsenal, e reorganizará como for mais conveniente a que por Lei existe creada na Córte.

§ 6.º Creará igualmente no Arsenal da Córte humas Escolas de instrução theorica e practica para os Artifices do mesmo Arsenal e navios de guerra, aproveitando para este fim o ensino de primeiras letras, desenho e geometria applicada ás artes, já existentes naquelle Estabelecimento.



§ 7.º Os Intendentes da Bahia e Pernambuco continuarão a ser os mesmos Inspectores dos Arsenaes, e não poderão accumular os lugares de Capitão do Porto.

Art. 18. Ficão isentos dos direitos de importação os materiaes e machinas que forem importados para as Companhias de navegação fluvial a vapor da Provincia do Maranhão, e do encanamento das aguas do Rio Anil para a Cidade de S. Luiz capital da mesma Provincia.

Art. 19. Fica concedida, desde já, a gratificação annual de 1.000\$000 ao Secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 20. He a Camara Municipal da Córte autorisada a contrahir, com approvação do Governo, hum empréstimo de 500.000\$000 destinado exclusivamente ao calçamento por parallelepipedos das ruas da mesma Córte, ficando applicado para amortisação e juros daquelle empréstimo o imposto lançado sobre vehiculos de conducção, para cuja cobrança he o Governo autorisado a proceder executivamente.

Art. 21. As Corporações de mão morta, que já gozão do direito de converter o producto de seus bens em Apolices da Divida Publica, poderão tambem fazer essa conversão em acções das Companhias das Estradas de ferro garantidas pelo Governo.

Art. 22. O Governo fica autorisado a garantir, desde já, dentro ou fóra do paiz, hum empréstimo até a quantia de 2.000.000\$000 á Companhia União e Industria, a fim de que ella possa continuar as obras da Estrada de rodagem que construe, sendo a fórmula, condições e amortisação do empréstimo reguladas pelo Governo, de accordo com a Companhia, com tanto que os encargos do empréstimo não excedão a 7 por cento, e não sejam augmentados os annos para a garantia dos juros já decretada.

Art. 23. He igualmente autorisado para:

§ 1.º Conceder, desde já, á Companhia que se organizar para a construcção de huma Estrada de ferro entre o Porto de Tamandaré e o Rio Una, na Provincia de Pernambuco, percorrendo huma extensão nunca maior de 7.000 braças, todos os favores e isenções que julgar convenientes para a realisação d'essa obra, menos a garantia dos juros ou subvenção pecuniaria.

§ 2.º Despender com a organização dos Cabidos dos Bispados do Rio Grande do Sul, Ceará e Diamantina, as quantias que forem necessarias.

§ 3.º Incorporar aos Proprios provinciaes de Minas Geraes o Theatro existente na Cidade de Ouro Preto.

§ 4.º Mandar pagar, desde já, pelos meios ordinarios, a Manoel José Teixeira, da Provincia do Maranhão, a divida de exercicios findos, na importancia de 2.820\$943, como foi reconhecida pelo resultado da liquidação a que se procedeo.

§ 5.º Mandar pagar a Domingos Martins da Silva o que se lhe dever da gratificação que devia perceber quando servio o lugar de Varredor da Imperial Capella, substituindo a outro seu companheiro.

§ 6.º Mandar pagar ao Conego, que na Sé de Marianna servir de Thesoureiro, os vencimentos que para este se acharem marcados.

Art. 24. O direito de 12\$800, de que trata o Art. 9.º da Lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelo registro das Cartas de naturalisação, concedidas gratuitamente a estrangeiros, em conformidade do Art. 17 da Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850, e Decretos N.ºs 712 de 16 de Setembro de 1853, e 808 A de 16 de Junho de 1855.

Art. 25. Os Empregados da Directoria Geral do Correio, e das respectivas Administrações, passarão a perceber, desde já, os vencimentos designados na Tabella junta, sob N.º 1, os quaes constarão de huma parte de ordenado, e de outra de gratificação, nos termos do Art. 57 do Regulamento annexo ao Decreto de 21 de Dezembro de 1844.

§ 1.º Todas as gratificações concedidas a Empregados do Correio, por quaesquer ordens que não se fundem em disposições de Leis expressas, não continuarão a ser abonadas.

§ 2.º Ao Guarda da Alfandega que servir de Agente do mar da Administração do Correio do Ceará, poderá o Governo manter a gratificação de que trata o Aviso de 13 de Março de 1845.

§ 3.º Fica supprimido o lugar de Ajudante do Administrador do Correio da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, passando as respectivas funções a ser exercidas pelo Contador.

§ 4.º Aos Agentes dos Correios nas Cidades e Villas onde as respectivas Agencias não chegarem a render annualmente 600\$000, o Governo poderá arbitrar gratificações que, reunidas ao maximo da porcentagem autorisada pelo Art. 48 do supracitado Regulamento, prefacão vencimentos que não sejam inferiores a 120\$000, e nem excedão a 300\$000. Nas outras Agencias os vencimentos dos respectivos Agentes consistirão unicamente na porcentagem de que trata o mesmo Regulamento, com tanto que não exceda a 700\$000.

§ 5.º Os respectivos Ajudantes continuarão a ser pagos na fôrma do referido Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, competindo-lhes os vencimentos dos Agentes quando os substituirem em suas faltas ou impedimentos.

Art. 26. Os Mestres de instrucção elemental, de musica e de dansa da Familia Imperial perceberão deste já os vencimentos designados na Tabella junta, sob n.º 2.

Art. 27. O Director e Professores da Academia das Bellas Artes terão, desde já, além dos seus ordenados, huma gratificação de 400\$000 annuaes.

Art. 28. Os ordenados do Official-maior, Escriptuario e Porteiro do Tribunal do Commercio de Pernambuco ficão igua-  
lados aos que percebem os do da Provincia da Bahia.

Os Amanuenses de ambos os Tribunaes perceberão 800\$000 em vez de 700\$000 que actualmente tem o de Pernambuco, e 600\$000 o da Bahia.

Os Ajudantes de Porteiro, tanto de huma como de outra Repartição, terão 500\$000.

Art. 29. O Governo he autorizado para:

§ 1.º Rever, desde já, a Tabella dos vencimentos dos Empregados das Secretarias de Policia do Imperio.

§ 2.º Elevar a 600\$000 os ordenados dos Promotores que os tiverem menores.

§ 3.º Igualar, desde já, as Congruas dos Parochos collados do Imperio a 600\$000.

§ 4.º Dar, desde já, huma subvenção annual de 10.000\$000 á Provincia de Goyaz, e igual quantia á de Mato Grosso, para serem applicadas em beneficio da Instrucção publica.

§ 5.º Auxiliar, desde já, com 30.000\$000 annualmente qualquer Companhia que se incorporar para a navegação a vapor no Rio de S. Francisco, em toda a sua extensão navegavel, da Villa da Boa-Vista para cima.

§ 6.º Despender a quantia precisa para o melhoramento do porto do Maranhão, da barra do Rio Grande do Sul, e serviço de sua praticagem.

§ 7.º Rever o Regulamento de 1845 sobre a Directoria dos Indios e suas catechese.

8.º Reformar o Correio Geral, organisando hum secção especial para o serviço postal para fóra do Imperio, com tanto que o augmento da despesa seja compensado com a vantagem do acrescimo da receita.

§ 9.º Fazer organizar hum plano sobre o ensino da industria agricola, adaptado a cada huma das Provincias do Imperio, para que submettido á approvação do Corpo Legislativo possa este consignar os fundos necessarios para po-lo em pratica.

§ 10. Reduzir, como for conveniente, as taxas de importação cobradas na Mesa de Rendas de Albuquerque, Provincia do Mato Grosso, para o que poderá fazer huma Tarifa especial.

§ 11. Mandar explorar o porto do Ceará, e fazer a despesa que for precisa para começo de seus melhoramentos.

§ 12. Prestar 100.000\$000 ao Governo provincial de Minas Geraes, como auxilio para construcção da Estrada de Passa-Vinte, que tem de ligar á Provincia do Rio e á Côte o commercio do Sul e Oeste de Minas Geraes, de Goyaz e Cuyabá, e de parte da Provincia de S. Paulo.

13. Desapropriar os predios dos particulares existentes na

Ilha das Cobras que forem necessarios para o serviço do Arsenal de Marinha e Intendencia.

§ 14. Fazer desde já a despeza necessaria para aquisição de novas mudas de canna de assucar das melhores qualidades, e bem assim de sementes de trigo e outros cereaes, para distribui-las pelos Lavradores das Provincias do Imperio, sendo acompanhadas de instrucções convenientes sobre os processos de cultura das mesmas.

Será conferido aos Lavradores que apresentarem 100 alqueires de trigo de suas colheitas em estado perfeito o premio de 2.000\$000. O Governo em Regulamento determinará o processo para a realisação deste premio.

O trigo será distribuido pelos Lavradores gratuitamente, e o Lavrador premiado será obrigado a relatar os meios que empregou para a cultura.

Art. 30. As mercadorias e quaesquer objectos pertencentes ás Administrações provinciaes são isentos dos respectivos direitos de importação.

Art. 31. Ficão isentas de direitos de importação as machinas proprias para lavrar a terra e preparar os productos da agricultura, e bem assim para o serviço de quaesquer Fabricas para os navios a vapor, e para as Estradas de ferro.

Art. 32. O Proprio nacional que actualmente serve de prisão civil na capital da Provincia da Parahyba, fica pertencendo aos Proprios da mesma Provincia.

Art. 33. Continúa por mais hum anno a autorisação concedida ao Governo no § 3.º do Art. 11 da Lei do Orçamento N.º 884 do 1.º de Outubro de 1856.

Art. 34. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento antecedente que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 35. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

*Bernardo de Sousa Franco.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial  
Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa,  
que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando  
a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1858—1859,  
e dando outras providencias, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver

Augusto Frederico Colin a fez.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro  
de 1857.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos  
Negocios da Fazenda em o 1.º de Outubro de 1857.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 47 do Livro das Cartas de Leis e De-  
cretos do Poder Legislativo em 1.º de Outubro de 1857.

Luiz Plinio de Oliveira.

**N. 1.—Tabella dos vencimentos dos Empregados da Directoria Geral e das Administrações do Correio da Côrte e das Províncias, á que se refere o Art. 25 da Lei do Orçamento para o exercicio de 1858—1859.**

| EMPREGOS.                      | VENCIMENTOS DE<br>CADA HUM. | SOMMA.      |
|--------------------------------|-----------------------------|-------------|
| <i>Directoria Geral.</i>       |                             |             |
| 1 Director Geral .....         | 4.000\$000                  | 4.000\$000  |
| 1 Official-maior .....         | 2.800\$000                  | 2.800\$000  |
| 2 Officiaes .....              | 1.800\$000                  | 3.600\$000  |
| 2 Amanuenses .....             | 1.200\$000                  | 2.400\$000  |
| 1 Escriptuario .....           | 600\$000                    | 600\$000    |
| 1 Correio de Officios .....    | 500\$000                    | 500\$000    |
| <i>Administração da Côrte.</i> |                             |             |
| 1 Administrador .....          | 3.000\$000                  | 3.000\$000  |
| 1 Contador .....               | 2.000\$000                  | 2.000\$000  |
| 1 Thesoureiro .....            | 2.000\$000                  | 2.000\$000  |
| 2 Fieis .....                  | 1.000\$000                  | 2.000\$000  |
| 4 Primeiros Officiaes .....    | 1.800\$000                  | 7.200\$000  |
| 5 Segundos ditos .....         | 1.200\$000                  | 6.000\$000  |
| 10 Praticantes .....           | 720\$000                    | 7.200\$000  |
| 20 Escripturarios .....        | 600\$000                    | 12.000\$000 |
| 1 Porteiro .....               | 1.000\$000                  | 1.000\$000  |
| 1 Ajudante do dito .....       | 600\$000                    | 600\$000    |
| 1 Agente do mar .....          | 1.000\$000                  | 1.000\$000  |
| 1 Ajudante do dito .....       | 700\$000                    | 700\$000    |
| <i>Pernambuco.</i>             |                             |             |
| 1 Administrador Thesour. ....  | 2.000\$000                  | 2.000\$000  |
| 1 Ajudante Contador ....       | 1.400\$000                  | 1.400\$000  |
| 3 Officiaes papelista ....     | 800\$000                    | 2.400\$000  |
| 1 Praticante .....             | 400\$000                    | 400\$000    |
| 1 Porteiro .....               | 700\$000                    | 700\$000    |
| 1 Agente do mar .....          | 400\$000                    | 400\$000    |
| <i>Bahia.</i>                  |                             |             |
| 1 Administrador Thesour. ....  | 2.000\$000                  | 2.000\$000  |

| EMPREGOS.                      | VENCIMENTOS DE<br>CADA HUM. | SOMMA.     |
|--------------------------------|-----------------------------|------------|
| 1 Ajudante Contador . . .      | 1.400\$000                  | 1.400\$000 |
| 2 Officiaes papelistas . . . . | 800\$000                    | 1.600\$000 |
| 3 Praticantes . . . . .        | 400\$000                    | 1.200\$000 |
| 2 Escripturarios . . . . .     | 500\$000                    | 1.000\$000 |
| 1 Porteiro . . . . .           | 700\$000                    | 700\$000   |
| 1 Agente do mar . . . . .      | 400\$000                    | 400\$000   |
| <i>Pará.</i>                   |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.       | 1.600\$000                  | 1.600\$000 |
| 1 Ajudante Contador . . . .    | 1.200\$000                  | 1.200\$000 |
| 1 Escriptuario . . . . .       | 500\$000                    | 500\$000   |
| 1 Praticante Porteiro . . . .  | 600\$000                    | 600\$000   |
| <i>Maranhão.</i>               |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.       | 1.600\$000                  | 1.600\$000 |
| 1 Agente Contador . . . . .    | 1.200\$000                  | 1.200\$000 |
| 2 Officiaes papelistas . . . . | 600\$000                    | 1.200\$000 |
| 1 Praticante Porteiro . . . .  | 600\$000                    | 600\$000   |
| <i>S. Pedro.</i>               |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.       | 1.600\$000                  | 1.600\$000 |
| 1 Ajudante Contador . . . .    | 1.200\$000                  | 1.200\$000 |
| 1 Official papelista . . . . . | 600\$000                    | 600\$000   |
| 1 Praticante Porteiro . . . .  | 600\$000                    | 600\$000   |
| <i>Minas Geraes.</i>           |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.       | 1.600\$000                  | 1.600\$000 |
| 1 Fiel do Thesoureiro . . . .  | 200\$000                    | 200\$000   |
| 1 Ajudante Contador . . . .    | 1.200\$000                  | 1.200\$000 |
| 1 Official papelista . . . . . | 600\$000                    | 600\$000   |
| 2 Escripturarios . . . . .     | 500\$000                    | 1.000\$000 |
| 1 Praticante Porteiro . . . .  | 600\$000                    | 600\$000   |
| <i>S. Paulo.</i>               |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.       | 1.600\$000                  | 1.600\$000 |
| 1 Ajudante Contador . . . .    | 1.200\$000                  | 1.200\$000 |
| 1 Official papelista . . . . . | 600\$000                    | 600\$000   |

| EMPREGOS.                   | VENCIMENTOS DE<br>CADA HUM. | SOMMA.     |
|-----------------------------|-----------------------------|------------|
| 2 Escriptuarios.....        | 500\$000                    | 1.000\$000 |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 600\$000                    | 600\$000   |
| <i>Ceará.</i>               |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 1.000\$000                  | 1.000\$000 |
| 1 Ajudante Contador....     | 700\$000                    | 700\$000   |
| 1 Praticante Porteiro....   | 450\$000                    | 450\$000   |
| <i>Parahyba.</i>            |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 1.000\$000                  | 1.000\$000 |
| 1 Ajudante Contador....     | 700\$000                    | 700\$000   |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 450\$000                    | 450\$000   |
| <i>Alagoas.</i>             |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 1.000\$000                  | 1.000\$000 |
| 1 Ajudante Contador ....    | 700\$000                    | 700\$000   |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 450\$000                    | 450\$000   |
| <i>Santa Catharina.</i>     |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 1.000\$000                  | 1.000\$000 |
| 1 Ajudante Contador ....    | 700\$000                    | 700\$000   |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 450\$000                    | 450\$000   |
| <i>Amazonas.</i>            |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 800\$000                    | 800\$000   |
| 1 Ajudante Contador ....    | 600\$000                    | 600\$000   |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 400\$000                    | 400\$000   |
| <i>Piauhy.</i>              |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 800\$000                    | 800\$000   |
| 1 Ajudante Contador....     | 600\$000                    | 600\$000   |
| 1 Praticante Porteiro ....  | 400\$000                    | 400\$000   |
| <i>Rio Grande do Norte.</i> |                             |            |
| 1 Administrador Thesour.    | 800\$000                    | 800\$000   |



| EMPREGOS.                  | VENCIMENTOS DE<br>CADA HUM. | SOMMA.       |
|----------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1 Ajudante Contador....    | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro .... | 400\$000                    | 400\$000     |
| <i>Sergipe.</i>            |                             |              |
| 1 Administrador Thesour.   | 800\$000                    | 800\$000     |
| 1 Ajudante Contador.....   | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro .... | 400\$000                    | 400\$000     |
| <i>Espirito Santo.</i>     |                             |              |
| 1 Administrador Thesour.   | 800\$000                    | 800\$000     |
| 1 Ajudante Contador....    | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro .... | 400\$000                    | 400\$000     |
| <i>Paraná.</i>             |                             |              |
| 1 Administrador Thesour.   | 800\$000                    | 800\$000     |
| 1 Ajudante Contador.....   | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro..... | 400\$000                    | 400\$000     |
| <i>Goyaz.</i>              |                             |              |
| 1 Administrador Thesour.   | 800\$000                    | 800\$000     |
| 1 Ajudante Contador.....   | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro .... | 400\$000                    | 400\$000     |
| <i>Mato Grosso.</i>        |                             |              |
| 1 Administrador Thesour.   | 800\$000                    | 800\$000     |
| 1 Ajudante Contador ....   | 600\$000                    | 600\$000     |
| 1 Praticante Porteiro .... | 400\$000                    | 400\$000     |
|                            |                             | 119.900\$000 |

Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857. —  
Bernardo de Souza Franco.

**N.º 2.—Tabella dos vencimentos dos Mestres da Família Imperial, á que se refere o art. 26 da Lei do Orçamento para o exercício de 1858—1859.**

| <i>Materias que leccionão.</i>  | <i>Orden.</i> | <i>Gratific.</i> | <i>Somma.</i> |
|---------------------------------|---------------|------------------|---------------|
| Mestre de instrucção elemental. | 1.200\$       | 800\$            | 2.000\$       |
| Dito de musica.....             | 800\$         | 800\$            | 1.600\$       |
| Dito de dansa .....             | 800\$         | 800\$            | 1.600\$       |
|                                 |               |                  | 5.200\$       |

Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857. —  
*Bernardo de Souza Franco.*